

FERNANDO FERREIRA REBELO DE ANDRADE

**RESPONSABILIDADE
TRIBUTÁRIA
DE
GRUPOS
ECONÔMICOS**

DA TEORIA À PRÁTICA

PREFÁCIO

Ministro MAURO CAMPBELL

EDC 
**EDITORA DIREITO
CONTEMPORÂNEO**

2022

Editoro Direito Contemporâneo

Sócios fundadores	Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial	Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo	Felipe Toledo Moreira
Editora	Cristiane Faria
Produção gráfica	Microart Design Editorial
Capa	Antônio Rodrigues Filho
Revisão	Juliana De Cicco Bianco

Impressão e encadernação Edições Loyola

© desta edição [2022]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Date de fechamento da edição: 17.05.2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andrade, Fernando Ferreira Rebelo de

Responsabilidade tributária de grupos econômicos: da teoria à prática / Fernando Ferreira Rebelo de Andrade. – Curitiba : Editora Direito Contemporâneo, 2022.

Bibliografia

ISBN 978-85-991301-5-1

1. Direito tributário - Brasil 2. Responsabilidade (Direito) - Brasil 3. Responsabilidade da empresa - Brasil 4. Responsabilidade tributária - Brasil 5. Sociedades empresariais I. Título.

21-921

CDU-34:336.2.024(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Responsabilidade tributária : Direito tributário 34:336.2.024(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Sumário

PREFÁCIO	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
INTRODUÇÃO	13
1. GRUPOS ECONÔMICOS	17
1.1 Contextualização no tempo: do átomo à molécula	17
1.2 Tipos de grupos econômicos.....	21
1.2.1 Grupos de direito	22
1.2.2 Grupos de fato.....	23
1.2.3 Grupos orgânicos ou não regulados	24
1.3 A regulação dos grupos econômicos pelo direito tributário brasileiro e o “silêncio atrevido” do CTN.....	26
1.4 O conceito de grupo econômico adotado neste trabalho.....	33
2. O INTERESSE COMUM REFERIDO PELO ART. 124, I, DO CTN, COMO PARÂMETRO JURÍDICO FUNDAMENTAL À RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PESSOAS JURÍDICAS INTEGRANTES DE GRUPOS ECONÔMICOS	37
2.1 O relevante papel do art. 128 do CTN como lex legum que estabelece a vinculação com o fato gerador como limite material à instituição e à imputação de qualquer espécie de responsabilidade tributária.....	37

2.2	O art. 124 do CTN e suas modalidades de responsabilidade tributária solidária: a responsabilidade “por interesse comum” e a responsabilidade “legal”	42
2.3	A natureza jurídica e a função do art. 124, I, do CTN: norma geral que cria hipótese de responsabilidade solidária por interesse comum	43
2.4	O interesse comum referido no art. 124, I, do CTN: o conceito adotado pela doutrina e pela jurisprudência e a definição proposta neste trabalho	49
2.5	A aplicação do conceito proposto de interesse comum à responsabilidade tributária de pessoas jurídicas participantes de grupos econômicos.....	58
2.6	A aplicação, pela jurisprudência, do conceito de interesse comum, referido pelo art. 124, I, do CTN, a casos concretos envolvendo responsabilidade tributária de participantes de grupos econômicos	68
3.	A OBRIGATÓRIA APLICAÇÃO CONJUGADA DO ART. 124, I, DO CTN COM O ART. 50 DO CC QUANDO A RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE INTEGRANTES DE GRUPOS ECONÔMICOS SE FUNDAMENTAR NA DESCONSIDERAÇÃO DAS SUAS PERSONALIDADES JURÍDICAS.....	73
3.1	A autonomia da personalidade jurídica como regra fundamental no direito civil, societário e tributário brasileiro	74
3.2	O art. 50 do Código Civil brasileiro e seus requisitos de aplicabilidade segundo a jurisprudência	78
3.3	A aplicabilidade do art. 50 do CC em demandas tributárias: os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais e a nossa posição ..	83
3.4	A aplicabilidade conjugada do art. 50 do CC com o art. 124, I, do CTN para fins de descon sideração da personalidade jurídica e responsabilização tributária de participantes de grupos econômicos: análise de casos concretos e hipotéticos	96

3.5 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e a sua aplicabilidade às lides envolvendo responsabilização tributária e desconsideração da personalidade jurídica	108
4. CONCLUSÕES	123
REFERÊNCIAS	129